

NOTÍCIAS AFRICANAS 82

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

24 A 30.10.1994

MOÇAMBIQUE

A hora da verdade

Uma das questões mais inquietantes de Moçambique está ainda no regionalismo (norte, centro e sul), no racismo, nas oposições e complementaridades entre cidade-campo, urbano-rural, litoral-interior e numa espécie de ressentimento latente entre suas elites.

Uma das queixas mais frequentes vindas do norte e do centro do país é a que acusa a predominância das etnias do sul sobre as demais. Esse fato reforça a difusão do dizer popular de que a "nação é Maputo" e a certeza de que a nação ou a identidade nacional ainda está por se construir.

Com a recente experiência pluripartidária essas questões cortaram a arena política. Durante a campanha eleitoral as figuras do "papá" ou do chefe local ou religioso e das velhas e complicadas relações de autoridade e de privilégios falaram mais alto do que os partidos e seus programas. A oralidade (os discursos e as danças locais) esteve presente ao longo de todo o processo e de todo o país.

E tinha que ser assim, pois é enorme a parcela de analfabetos; ademais, a língua portuguesa não se estende a todas as áreas geoculturais. O rádio tem alcance nacional, o que não ocorre com a TV e os jornais, cujas difusão e circulação abrangem mais os centros urbanos e suas proximidades, servindo bem mais à elite crioula, à camada cinzenta ou aculturada da população.

O resultado das eleições de outubro revelam dados curiosos quanto à representatividade da Frelimo – agora um partido social-democrata representado pelo reeleito presidente Joaquim Chissano, oriundo da província de Gaza, no sul do país – e da Renamo – partido com carência de quadros médios e superiores, representado pelo candidato derrotado Afonso Dhlakama, cantabilista e "ex-Senhor da Guerra", oriundo da província de Sofala, no centro do país, e filho de chefe tradicional africano.

O que as primeiras projeções eleitorais estão revelando?

1) de um modo geral, que a etnicidade não parece ser um fator determinante ou expressivo como em Angola;

2) que, não obstante, nas províncias de Gaza e de Sofala, falou mais alto a etnicidade e/ou o regionalismo, com Chissano e Dhlakama reinando absolutos em seus locais de origem;

3) que, de norte a sul do país, a Frelimo e Chissano absorveram a maior parcela dos votos urbanos, o voto dos espaços culturais cinzentos ou aculturados – os espaços que têm maior abrangência dos jornais, rádio, TV e dos diversos bens culturais e materiais;

4) que, como as previsões já indicavam, no centro do país a disputa foi decisiva, em particular nas províncias mais populosas, como em Zambézia e em Nampula. Aliás, foi nessa região que a guerra civil entre a Frelimo e a Renamo foi mais acirrada e onde as bases da Renamo se distribuíam em maior quantidade, com grande número de desertados rurais e urbanos vindo em Dhlakama um "salvador". E Dhlakama, diante deles, assumia com extrema desenvoltura o papel de líder messiânico, populista e carismático.

Sobrevivendo a paz e o multipartidarismo, o país passa a se abrir a novos e renovados atores, interesses e conflitos – já demonstrados com as estratégias políticas dos dois partidos ao buscarem apoio de líderes islâmicos e de chefes tradicionais – e a novos pontos de vista político-ideológicos, religiosos, étnicos, regionais, urbanos, rurais e da renovada luta entre classes. Simultaneamente, Moçambique ensaia mais uma etapa de sua inserção nos contextos austral e mundial.

O país, que desde o período colonial não atraiu muito os estudos dos "saberes coloniais", e que durante a experiência de partido único e de implantação do "socialismo científico" levou a orientação marxista-leninista ao extremo, após a guerra civil de 16 anos com os ex-rebeldes da Renamo tornou-se ainda mais complexo. Seu território ainda precisa ser conhecido ou revisado em suas diversas historicidades e culturas.

Do ponto de vista político, uma das possibilidades abertas é a transformação de Dhlakama de um "Senhor da Guerra", "Chefe dos Bandidos Armados", em um líder político carismático e temido (portavoz dos valores daquele "Moçambique profundo", das massas excluídas e das maiorias silenciosas), elemento novo que, com certeza, inquietaria a reluzente elite urbana e ocidentalizada do país.

O resultado final parece confirmar que o partido Renamo conseguiu a maioria dos votos em províncias-chave, como Nampula (onde se situa o estratégico "corredor de Nacala"); Zambézia (com um potencial agrícola considerável); Sofala (com o importantíssimo "corredor da Beira"); Tete (onde se situa Cahora Bassa, com seu enorme potencial energético regional); e Manica (região com apreciáveis reservas minerais). O centro e o centro-norte são as regiões que mais contribuem para o PNB do país.

O que esses fatos já podem indicar?

A partir de agora, que Dhlakama e a Renamo teriam de demonstrar uma capacidade gigantesca de fazer (ou aprender) po-

lítica. E o tempo, quadros com certa competência e senso de oportunidade são, sem dúvida, alguns componentes indispensáveis para a ação pública que é a política. Outro fator, que sempre esteve presente, serão as fortes pressões regionais e dos países que monitoram aquele processo. Em suma, talvez o tempo possa vir a demonstrar que as condições econômico-sociais e as dificuldades de governabilidade e administrativas do país podem favorecer bem mais a oposição, acentuando os desgastes do partido no poder. Por outro lado, o *savoir-faire* pode ser o trampolim para a transição dos "ex-bandidos armados" para um partido com uma maquiagem política publicamente mais confiável.

No entanto, o cenário que poderá se abrir nos próximos meses é o da integração de membros da Renamo e demais partidos da oposição em uma espécie de governo de unidade nacional. É possível que a voz da moderação se imponha sobre os "duros" e que o poder de pressão externa exija o caminho da conciliação. Esse quadro pode também se estabelecer, a depender de a Renamo querer fazer política a médio prazo ou desejar penetrar e se estabelecer nas instâncias de decisão e de poder de imediato

Edson Borges
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- O noticiário sobre MOÇAMBIQUE está nas páginas 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 14.
- O leitor vai encontrar o noticiário sobre ANGOLA nas páginas 11, 12 e 13.
- A ÁFRICA DO SUL está na pág. 6.
- Leia sobre SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE na pág. 7.

Michel Cahen, historiador e investigador

Porque pode Dhlakama ganhar

PÚBLICO, 27.10.94

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes, em Maputo

Um investigador francês que se encontra a estudar a Renamo não põe de parte a hipótese de o partido de Dhlakama vencer as eleições que hoje se iniciam em Moçambique. Para que tal aconteça, a Renamo terá que ter congregado o voto pluriétnico dos marginalizados pelo aparelho estalinista, de modelo salazarista, da Frelimo, recauchutado agora em modelo capitalista. Mas, se ganhar, será o início de uma profunda crise na Renamo e no aparelho estatal. Confuso?

A Renamo é actualmente e de facto uma estrutura civil, um grande partido populista conservador, embora num primeiro relance pareça um fenómeno de um fascismo negro emergente. Se ganhar as eleições, hipótese que não é de excluir, o partido Renamo entrará em crise profunda, dadas as suas contradições internas.

Michel Cahen, 41 anos, "historiador de formação marxista", como gosta de se auto-intitular, é investigador do Centro Nacional de Investigação Científica, do Centro de Estudos da África Negra, em Bordéus, e tem vários livros e artigos publicados sobre a história contemporânea de Moçambique. Orgulha-se de ter ganho um primeiro prémio da Direcção-Geral da Cooperação de Portugal, "dado o chauvinismo português, que não produz quase nada de análise política sobre os ditos PALOP, mas não admite que outros o façam". Actualmente está a desenvolver uma tese que parte da seguinte pergunta: pode um movimento de guerrilha, como a Renamo, transformar-se num partido político democrático?

Há um mês que Afonso Dhlakama não dá um passo ou diz uma palavra que Cahen — um barbudo loiro, alto e escanzelado, com entradas pronunciadas e óculos muito graduados, que fala um português irrepreensível — não o aponte num dos seus caderninhos amarelos. Irrita-se profunda e academicamente quando lhe perguntam se está a trabalhar para a Renamo e acusa os meios intelectuais de esquerda de erros grosseiros, quando não contestaram os regimes de partido único e consideraram que em Moçambique se vivia uma guerra de agressão e não uma guerra civil.

Para responder à sua pergunta — que envolve outras, tais como "quem é Dhlakama?"

— é preciso ir "ao início do início do início". O drama de Moçambique, diz o historiador, "começou no início do século, com a mudança da capital do país da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques", principiando assim a emergência das etnias do Sul em detrimento de todos os núcleos de elite do Norte.

"Pode-se encontrar as causas próximas quando a Frelimo, em 1975, decidiu fazer uma nação negando a etnicidade e essa negação não foi a negação das etnias, mas, sim, das formações sociais no seio do campesinato."

Para Cahen, esse "projecto de nação" desenvolvido pela Frelimo "não foi uma política de transformação da sociedade, mas um projecto contra a sociedade. Para mais, as etnias do Sul, consideradas inferiores pelas do Norte, acentuaram a sua predominância sobre o aparelho de Estado e o Estado nunca representou a população".

A Renamo surge, neste contexto, como "uma dissidência do campesinato" e, se poderia nunca ter existido guerra civil sem a participação da Rodésia e da África do Sul, "a Renamo existiria sempre, enquanto demonstração de uma crise social. Houve, sim, uma militarização da dissidência". A Renamo começa então por se desenvolver apenas enquanto estrutura militar, mas, quando, a dada altura, tem de gerir bastante terreno, "acaba por ser obrigada a expressar os desejos de uma certa população. De 1967 a 92, a Renamo torna-se a coligação dos marginalizados, incluindo no seu seio ideologias e interesses imaginários bem diferentes, por vezes quase antagónicos e com uma dinâmica militar de destruição do Estado moderno".

Por isso, garante Cahen, com base no que observou por todo o país, a estrutura da Renamo é hoje autenticamente civil,

composta pela antiga componente civil, pelos clandestinos das cidades e pelos desagradados com a Frelimo, muitas vezes oportunistas. "O que significa milhares de quadros locais que representam essa marginalidade, mais centenas de quadros médios e poucos quadros superiores", salienta.

"O problema é que a Frelimo ainda provoca hostilidade nesses marginalizados: primeiro foi a Frelimo estalinista e agora é a Frelimo capitalista... Só que são os mesmos! A imagem de poder é a mesma, é o mesmo grupo histórico que domina e, para mais, a Frelimo nunca foi marxista." A Frelimo, diz, seguiu a provocação, "utilizou o marxismo como instrumento para criação de um Estado jacobino de estilo europeu, mas sem saber que nacionalismo sem nação equivale a opressão".

"Os burocratas da microelite que tomou o Estado em 1975 tiveram como modelo social mais forte não a União Soviética, mas um modelo social baseado em Salazar: o partido único, a Nação homogénea, o corporativismo sindical, o Estado como principal actor da economia e o ideal do funcionalismo público", afirma o investigador francês.

Quando encontrou Dhlakama pela primeira vez, em 1992, Cahen pensava ir encontrar um "bom chefe de guerra, que terá entrado na guerrilha talvez apenas por vingança pessoal". "Só que encontrei já um político... Ele foi dos primeiros a compreender que a sua sobrevivência passava por essa transformação", explica. Para o líder da Renamo, segundo o historiador, "o tal comunismo representava o tal poder sociologicamente estrangeiro, o comunismo eram 'eles' e a sua única autolegitimação, enquanto líder da Renamo, era a democracia".

Contudo, Cahen ainda hoje qualifica Dhlakama como alguém que, quando ainda não estava convencido de que poderia ganhar, era apenas um homem que "queria entrar na cidade pela porta grande, não por dinheiro, mas por dignidade".

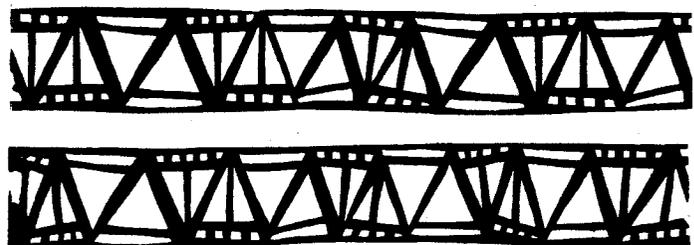
Mas, alerta, a Renamo civil continua a raciocinar como a Re-

namo militar, como um exército. "Dhlakama não é um dirigente político, é um líder, todos esperam as suas ordens, mesmo que seja para comprar umas sandes para os jornalistas nas deslocações para o interior. Dhlakama trata de tudo e, se ele se esquece, nada acontece — 'Esperamos ordens', dizem. Há uma evidente contradição entre o discurso e o funcionamento interno, não há expressão de divergências internas e ninguém parece preparado para isso." Esta é uma grande diferença da Frelimo. "Samora Machel era um ditador, mas havia discussão, embora centrada na pergunta de como obedecer melhor às ordens."

E o que é hoje a Renamo? "Assusta um pouco ver a multidão com aqueles braços levantados, parecendo saudações nazis... A Renamo é um partido de massas, que defende a ordem, a religião e a tradição, mas isso não representa a emergência de um fascismo negro... Há, sim, o desejo de um mestre, de um salvador, mas não é fascismo, pois a desorganização é muita e o partido não representa um segmento da sociedade, mas, antes, comunidades, algumas delas com efectivo desejo de democracia", esclarece o estudioso francês. A Renamo "é um grande partido conservador populista que irá ter graves problemas de homogeneidade".

Quanto às eleições, Michel Cahen não é muito original, partilhando a grande dúvida. Só que, faz notar, "essa dúvida total é que é a grande novidade, eu cheguei convencido de que a Frelimo ia ganhar". Acha que a técnica de voto desfavorece a Renamo, pois há mesas para onde as pessoas terão de se deslocar 60 quilómetros a pé, o que pode provocar um abstenção forte nas zonas da Renamo.

E a Renamo ganhará, acrescenta, se de facto a etnicidade for factor muito forte e, se vencer, é porque funcionou "uma coligação pluriétnica resultante de dois anos de paz". No sentido de uma melhor partilha do poder, diz Cahen, a vitória de Dhlakama até poderia ser uma boa notícia. Mas criaria uma profunda crise no aparelho do Estado. ■



Os pomos da discórdia

PÚBLICO, 28.10.94

O DOCUMENTO subscrito pela Renamo, Unamo, União Democrática e Partido da Convenção Nacional foi entregue à Comissão Nacional de Eleições na quarta-feira à noite e teve resposta ontem de manhã, num comunicado assinado pelo presidente da CNE, Brazão Mazula.

Segundo o documento, os partidos subscritores constataram que "todo o processo eleitoral" apresenta "irregularidades", que põem em causa a sua legitimidade democrática. Aquelas formações políticas consideram por isso "não estarem criadas as condições mínimas necessárias" para que os resultados do escrutínio possam ser "aceites como justos e livres".

Na sua resposta, o presidente da CNE começa por observar que o documento "não só não vem assinado pelos mandatários dessas forças políticas como, também, não resulta claro das assinaturas dele constantes se se trata de genuíno posicionamento" dos partidos subscritores. Além disso, Brazão Mazula sublinha que, à face da Lei Eleitoral, "não é válida a desistência a menos de 72 horas do início da votação" e considera que se mantém "válidas todas as candidaturas constantes dos boletins de voto".

Citando as "irregularida-

des mais graves" constatadas pelos partidos subscritores, o documento começa por referir a "falta de apresentação e verificação atempada de todo o material" excedentário dos processos de recenseamento eleitoral e votação.

Em resposta, Mazula afirma que "os órgãos eleitorais, a todos os níveis, têm o conhecimento e o controlo" dos materiais de recenseamento sobranes, e convida os partidos a "verificar in loco as condições" de segurança do material de votação excedentário.

Os partidos queixam-se da "falta de apresentação [a eles próprios] das listas das mesas de voto", mas o comunicado da CNE explica que a lei "não obriga nem prevê" tal envio.

O documento reclama igualmente contra a não introdução dos códigos das mesas de voto no sistema informático, ao que o comunicado replica que "a codificação das mesas de voto não é uma exigência da lei". Brazão Mazula esclarece que, apesar disso, a CNE "procedeu à codificação", considerando que isso facilita "o controlo no apuramento dos resultados".

O "não envolvimento de todos os partidos políticos na distribuição e acompanhamento" dos boletins e das urnas também constituiu matéria de protesto. No entan-

to, o presidente da CNE refuta essa alegação, afirmando que elementos designados pelos partidos tomam parte "em todas as operações das diversas fases do processo eleitoral".

"Acusações sem fundamento"

A "falta de capacidade para o transporte e pagamento dos delegados de lista" também é, na opinião de Mazula, uma acusação sem fundamento. Segundo o comunicado da CNE, "nenhum dispositivo legal responsabiliza os órgãos eleitorais" pelo apoio logístico aos delegados, "cabendo tais encargos aos próprios partidos".

Estes últimos afirmam igualmente que não há "garantia da presença permanente dos membros das mesas de voto nos respectivos locais". Mazula replica que "a permanência dos membros das mesas até ao apuramento dos resultados" não está prevista na lei e considera-a "impraticável".

Relativamente à falta de "garantias de segurança para evitar o voto" de estrangeiros, o presidente da CNE esclarece que se confirmaram apenas dois casos, "tendo sido excluídos do recenseamento".

Finalmente, o documento da Renamo reclama que os

partidos não receberam cópias dos cadernos de recenseamento, ao que Mazula replica que não existe "qualquer dispositivo legal que obrigue à remessa" dessas cópias às formações políticas.

A terminar, os quatro partidos da oposição que resolveram contestar as eleições solicitam a "resolução imediata destas irregularidades" e afirmam que, em caso de "insatisfação desta solicitação" antes da abertura das assembleias de voto, se reservam "o direito de se retirarem do acto eleitoral e não reconhecerem qualquer resultado".

Concluindo a sua réplica ao documento, o presidente da CNE considera que as questões levantadas "não contêm matéria de facto que possa pôr em causa a realização das eleições e os seus resultados".

Segundo o comunicado, "a Comissão Nacional de Eleições reafirma que estão reunidas as condições" para a realização de um sufrágio livre e justo e Moçambique e exorta todos os eleitores a participarem em massa no processo eleitoral. A CNE também apela "ao bom senso" de todos os candidatos, "no sentido de fazer deste processo o garante" da paz, da democracia e do progresso social. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

E agora, Moçambique?

PÚBLICO, 28.10.94

De novo enviado
Luís Pedro Nunes
em Maputo

A Renamo decidiu não participar nas eleições legislativas e presidenciais de ontem e hoje. "Fraudes em massa estavam a ser preparadas e a comunidade internacional ia obrigar-nos a aceitar os resultados", justificou Afonso Dhlakama. Ninguém estava verdadeiramente preparado para esta tomada de posição. E ninguém está preparado para prever um cenário. Vive-se verdadeiramente

o "tudo é possível".

Mesmo a guerra que a Renamo diz estar fora de causa, a não ser... a não ser se for atacada.

Mesmo assim, as pessoas acorreram às urnas (50 por cento, disse a Comissão Nacional de Eleições),

Joaquim Chissano fez-se desapercebido, e a televisão moçambicana tratou o caso como se fosse um pormenor. Maputo viveu um dia de ruas desertas. O dia, esse, foi alucinante, como se estivéssemos a viver a total improbabilidade.

Durante todo o dia de ontem esperou-se sempre um volte-face na posição do líder da Renamo no sentido de anunciar o regresso do seu partido às eleições legislativas e presidenciais de Moçambique. Ontem à noite, à sua chegada a Maputo, vindo da Beira, enquanto os seus seguranças empurravam violentamente os jornalistas, Afonso Dhlakama, irritado e brutal, prestou ali uma única declaração: "Não regressamos porque estas eleições são falsas! Acabou!" De seguida, ele próprio ameaçou e embracou para abrir caminho. Ruínas as esperanças das primeiras eleições democráticas de Moçambique decorrerem dentro da normalidade.

Ao jornalista da Reuter que se encontra na Beira, Afonso Dhlakama declarou que a decisão de boicotar as eleições era de-

finitiva, mas que não regressará à guerra. "Tomámos esta decisão porque temos provas de que vão ocorrer fraudes em massa nestas eleições. Isto não são eleições, são um piquenique, queremos novas eleições". Dhlakama disse ainda que já apresentou provas à Omufhoz. Qualquer pessoa pode votar sem cartão de eleitor, disse.

Aos enviados do Presidente português à Cidade da Beira Dhlakama disse estar "disposto a correr todos os riscos... mesmo a morte". Vítor Ramalho, o assessor de Mário Soares para os Assuntos Económicos e Sociais, e Homem Gouveia, o chefe da Casa Militar, dizem que Dhlakama se encontrava então "cansado mas sereno". Guerra está "completamente fora de questão". Só em caso de "ataque da Frelimo". Por outro lado, o líder da Renamo prometeu que iria explicar tudo à comunidade internacional e adiantou que telefonaria a Mário Soares.

Continua na pág. 4

Continuação
da pág. 3

E agora, Moçambique?

Madrugada alucinante

Foi uma noite alucinante, a de quarta para quinta-feira. De repente, por volta da meia-noite, surgiu o "boato" de que a Renamo iria abandonar as eleições. Perplexidade e incredulidade. Só podia ser "bluff". Numa Maputo deserta, carros do corpo diplomático e de jornalistas corriam na madrugada de um lado para o outro à procura de uma explicação plausível e de um desmentido.

Nada parecia verosímil e o facto de Afonso Dhlakama se encontrar fora da capital moçambicana permitia todas as teses, até as de "coup" militar dentro da Renamo. As cinco da manhã num hotel, a duas horas da abertura das urnas, Rahil Khan, o urbano porta-voz da Renamo, conversava com o PÚBLICO numa aparente calma, bebendo uma cerveja sem pressas.

Não se tratava apenas da Renamo, dizia, mas sim de uma decisão "dos partidos da oposição, após reunião de emergência. (Unamo, PCN e União Democrática acabaram por dar o dito por não dito e afirmaram posteriormente que estavam a participar).

Khan continuava a discorrer sobre as causas do boicote. Que tinham avisado, que não lhes importava a reacção da comunidade internacional, que o presidente da Comissão Nacional de Eleições, Brazão Mazula, estava a pensar que andava "a lidar com garotos", que não existia segurança para se efectuarem eleições, que se estavam a preparar fraudes, que a CNE "está a brincar com coisas sérias", que a Renamo está unida, que Dhlakama dera luz verde para tomar esta posição, que queriam um adiamento.

"Para já, eleições it's over!". Despediu-se com um aperto de mão e com um esperançaço "Vamos a ver o que isto dá...". Tudo em aberto?

Hipocrisia política

De manhã foi a espera ao Presidente Joaquim Chissano. De repente, as histórias jornalísticas das bichas de voto, das pessoas que estavam ali desde as quatro da manhã, da demora que o acto de votar levava, tudo se tornava secundário. Muitos dos que estavam ali para votar nem sabiam da decisão da Renamo, os que sabiam estavam verdadeiramente desapontados e havia mesmo pessoas da Renamo que mesmo assim estavam decididas a votar.

Chissano demorava-se. Chegou às 9h30 e efectuou um verda-

deiro exercício de hipocrisia política. Antes ainda aparecera o embaixador Dennis Jett. Um enorme ponto de interrogação saiu das suas palavras. "Vamos aguardar, não é possível informar 6,5 milhões de pessoas neste país, as eleições são legítimas". O "amigo americano" parecia tirar o tapete à Renamo. "A democracia também é a escolha de não participar", disse, tolhido.

O Presidente dormiu bem, disse com um sorriso forçado. Pelo menos por uma dezena de vezes, em inglês, português e numa língua moçambicana repetiu, umas vezes sério outras sarcástico: "Eu não sei de nada disso, a CNE ainda não me disse nada. O que vocês jornalistas dizem não me interessa. Eu não reajo sobre 'ses'. Mas se for verdade vou reagir. Isso de Angola não vai acontecer aqui... Não sei nada de armas. Os resultados das eleições serão aceites por mim e pela Frelimo, pois são eleições justas e livres".

Apenas uma alusão aos que podem perder "por falta de comparecimento". "Em qualquer competição há regras de jogo e várias formas de perder". Depois avançou com o que planeava dizer, caso tudo estivesse na normalidade, e que mesmo assim disse: "Em quem voto só digo à minha mulher, eu não sou um novato a votar... na Frelimo votava-se muito".

A noite fez uma breve declaração ao país na qualidade de Presidente da República. "É do interesse nacional que nenhuma formação política conteste os resultados das eleições. (...) Moçambique quer a paz".

Mas a meio da manhã de ontem a Renamo estava reunida num complexo turístico de luxo. Foram horas e horas de espera. Vicente Uluu, secretário-geral da Renamo e o todo-poderoso Raul Domingos, o número dois, começaram por ser afáveis. Foram-se tornando rispídos. Primeiro deram a entender que tudo se iria resolver. Depois terminaram com um arrogante "não temos declarações".

Sinais da crise

A génese desta crise remonta a segunda-feira, quando a Renamo deu a conhecer que alertara o presidente da CNE para a existência de irregularidades que poderiam pôr em causa o escrutínio. Mas nesse mesmo dia o porta-voz do partido de Dhlakama garantia, em conferência de imprensa, que não abandonariam as eleições e que estavam prontos para participar no processo.

No dia seguinte, Dhlakama

viaja para Harare onde se reúne com o Presidente zimbabweano, Robert Mugabe. Nada foi divulgado sobre o encontro. Na quarta-feira à noite é anunciado que a Renamo e três outros partidos da "oposição não armada" se "reservam o direito de se retirarem do acto eleitoral e de não reconhecerem qualquer resultado".

"Nós não vamos para as eleições quando sabemos perfeitamente que vão ocorrer fraudes e a comunidade internacional acabaria por obrigar-nos a aceitar os resultados. O povo moçambicano é que nos deve julgar" — declarou ontem Dhlakama.

"Isto não foi uma decisão de última hora. Nós apresentámos o nosso caso há cinco dias à Onuzoz e à CNE. Eles ignoraram". E continuou: "Se quiséssemos a guerra já o podíamos ter feito porque a Frelimo tem estado a provocar-nos".

Ninguém arrisca prognósticos sobre o que irá acontecer. Fontes diplomáticas especulam "off the record", mas nem assim as teorias surgem como razoáveis, dada a experiência recente. A Renamo quer obter o quê? Saiu porque presentiu que iria perder? Se tal não acontecer ocupará os lugares no Parlamento? E se, por ironia, ganhar as eleições?

Durante todo o dia foram-se multiplicando as reuniões e as conferências de imprensa que pouco ou nada adiantaram. Na África do Sul, a notícia gelou os líderes do país, dado o receio do recomeço da guerra. Aliás, foi a África do Sul que, na conferência de chefes de Estado da Linha da Frente em Harare, alertou para que tomara "as medidas apropriadas", possivelmente (deduz-se) militares, para assegurar a paz em Moçambique.

Também o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, declarou que a retirada da Renamo constitui "um sério retrocesso no estabelecimento da democracia em Moçambique e na reconciliação de um país destruído pela guerra".

A cidade de Maputo esteve ontem semi-deserta mas os locais de votação estiveram apinhados de pessoas. Segundo se foi sabendo, mesmo em zonas de

grande influência da Renamo, como no mítico distrito de Maringué, na província central de Sofala, houve grande número de eleitores. Em Maringué, onde nos últimos anos se localizava o quartel-general da Renamo, ou se desconhecia ou se contrariava a decisão de Dhlakama.

Segundo a TVM, por todo o país a cena repetia-se, como se as pessoas estivessem decididas a contrariar o boicote. Aliás o noticiário, em 25 longos minutos, ignorou totalmente o boicote. "Foi um dia calmo e sem incidentes, apenas com algumas dificuldades organizativas".

No maior círculo eleitoral, Nampula, até há dois dias a "pérola desejada" pela Renamo, as pessoas invadiram algumas mesas de assembleia de voto "na ansia de votar".

Na Zambézia, o segundo maior círculo eleitoral, registou-se um caso de epilepsia. Na Matola, perto de Maputo, a Renamo garantiu que foi descoberta uma urna cheia de votos já preenchidos. O presidente da assembleia em causa desmentiu. "Não temos qualquer informação de qualquer delegado, qualquer denúncia".

Na Beira, outra das peças-chave da Renamo, poucos eleitores, quando questionados pelos jornalistas, sabiam do boicote. E adeptos de Dhlakama votavam normalmente.

Um balanço feito pela Comissão Nacional de Eleições referia que no primeiro dia tinham votado cerca de metade dos eleitores.

Máximo Dias, o tal candidato didáctico, "que não concorre nem para perder nem para ganhar", considerou que as críticas da Renamo eram válidas, mas que a Renamo não devia ter tomado esta posição radical. "No fundo são as eleições possíveis neste Moçambique".

Em Maputo, no Tribunal Eleitoral, nada havia para ser feito. Não tinham recebido nenhum recurso da Renamo para poderem deliberar, do ponto de vista jurídico nada podiam dizer, pois "o tribunal não faz análise". "Estamos preocupados e expectantes." Tal e qual os restantes 14 milhões de moçambicanos. ■

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

Assim foi a festa de Dhlakama

PÚBLICO, 29.10.94

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes
em Maputo

Afonso Dhlakama venceu aparentemente em todas as frentes. O que parecia ser uma estratégia suicida, uma chantagem absurda, é agora avaliado como golpe de mestre: o líder da Renamo humilhou o presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE); teve ao telefone suplicantes, chefes de Estado de todo o mundo; conseguiu que os representantes diplomáticos em Maputo avaliassem, em documento assinado, as suas suspeitas de irregularidades; obrigou Joaquim Chissano a ficar silencioso. No fim teve um enorme tempo de antena fora de época e proclamou:

"Eu salvei a nação, eu salvei as eleições, eu sou inteligente."

Para já as eleições legislativas e presidenciais de Moçambique foram prolongadas mais um dia, o de hoje, (o que estava previsto na lei para eventualidades como o mau tempo) e nada garante que não se possa estender até à manhã. Em Moçambique respirou-se de alívio e agora há, em princípio, mais duas semanas de tranquilidade, isto é, até à publicação dos resultados finais.

De toda a maneira este poderá ter sido um factor de decompressão: que alibis, num campo meramente lógico (o que por vezes não impera) terá Dhlakama agora para contactar os resultados, sejam eles quais forem?

Mas mesmo que perca a guerra eleitoral, Dhlakama venceu esta batalha. Conseguiu mesmo pôr Aldo Ajello, o represen-

tante da ONU em Moçambique, a dizer que as preocupações da Renamo eram legítimas. Ajello, por justiça ou convicção de que perder era perder, aceitou ou cedeu, depende da perspectiva.

Dhlakama conseguiu que Ajello, que os embaixadores de Portugal, Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Reino Unido e da Organização da Unidade Africana assinassem um documento onde se lê que reconhecem que "até ao momento, a CNE não foi capaz de satisfazer a Renamo e outros partidos da oposição no referente às questões suscitadas"; "notam que um número elevado de potenciais irregularidades graves foram identificadas pela Renamo"; e comprometem-se "a levar a cabo todos os esforços no sentido de assegurar que essas questões sejam completamente investigadas". Aconselharam ainda a que a CNE prolongasse as eleições. E a Onuzov vai, portanto, criar uma comissão para atender aonde o dedo de Dhlakama apontar.

Brazão Mazula, o presidente da CNE, até há pouco tido como sendo um homem sério e ponderado, saiu desacreditado desta crise — não só com os termos menos corteses com que Dhlakama definiu a sua suposta incompetência como pela forma passiva como viu a comunidade internacional passar-lhe a "batata quente" para as mãos.

Pressão internacional

Durante toda a madrugada de quinta para sexta-feira os jornalistas fizeram plantão à porta de Dhlakama. Se há lei que resulta nestes casos é a de que quanto mais jornalistas mais dramática é a situação. "Eu recebi nessa noite dezenas de telefonemas de estadistas de todo o mundo e também do vosso Durão Barroso e tenho que telefonar a Mário Soares", disse ao PÚBLICO.

A crise terminou "oficialmente" às 11 horas da manhã de ontem quando se apresentou rodeado de embaixadores, centro de atenções só dadas aos que detêm o poder de guerra ou de paz, para anunciar o regresso às eleições. "As nossas queixas foram aceites, vão investigar as irregularidades que apontámos". "Faço um apelo à população de Moçambique, aos antigos guerrilheiros, aos desmobilizados para que vão votar". "A Renamo e Dhlakama nunca quiseram boicotar as eleições mas esta é a festa de Dhlakama, está é a festa do povo".

No final, o embaixador de Portugal, Lopes da Costa, confidenciava-nos que teria havido alguma precipitação ou má infor-

mação de Dhlakama na sua posição de força inicial. "Nada até ao momento indicou que estas eleições não sejam livres ou justas". O embaixador britânico relatava que o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, tinha provavelmente desempenhado o papel decisivo nesta crise. Ele e talvez o vice-Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, que se deslocou pessoalmente a Moçambique.

Na conferência da Linha da Frente, há poucos dias em Harare, Pretória ameaçara tomar medidas para assegurar a paz na região. Ontem terão sido efectuadas, do lado sul-africano, "movimentações de tropas preventivas de um cenário negativo", o que é credível dada a nova realidade política daquele país, para evitar um hipotético fluxo de refugiados em caso de catástrofe.

Ao anoitecer, a beber um sumo em convívio, Dhlakama sorridente minimizava a "ameaça exterior". "Já houve países que entraram aqui e quiseram interferir e levaram uma lição".

O dia de ontem foi de desanuviamento progressivo. De manhã o anúncio do regresso ao bom senso desejado por todos; depois do almoço o anúncio do prolongamento das eleições; ao lanche o voto colocado na urna por Dhlakama, ao jantar a conferência de imprensa bem disposta, do líder da Renamo, contrastando com a rispidez gestual e oral dos dias anteriores.

O candidato da Renamo está, portanto, satisfeito com as garantias da comunidade internacional. Só que, como se tem visto, o termo "garantias" é amplo e difuso. Comenta-se, por exemplo, nos "mentideros" do bar da CNE, uma total ausência de dinheiro nos cofres da Renamo. Pergunta: "Garantias também é dinheiro?" A questão terá sido mal ouvida, ou então embargada, digamos, dado que não houve resposta concreta. "Raul Domingos (o número dois da Renamo) está a fazer uma lista que é muito extensa". Mas o tom foi o de "que não, isso seria descaído".

Afinal qual foi o finca-pé de Afonso Dhlakama? Ontem ao fim da tarde, perante largas dezenas de jornalistas, um Dhlakama de novo sereno lembrou as irregularidades que o levaram a "retirar-se" durante um dia das eleições: faltou ser apresentado e verificado todo o material excedentário de recenseamento e votação, o que, na óptica da Renamo, facilitaria uma possível fraude. Falta-

Forte afluência

PÚBLICO, 28.10.94

OS MOÇAMBICANOS afluíram em grande número às urnas durante o dia de ontem e o processo de votação decorreu em ambiente de tranquilidade por todo o país, apesar de problemas organizativos e do ambiente de tensão criado pela retirada da Renamo.

Em Maputo, longas bichas começaram a formar-se logo pela manhã diante das escolas e outros edifícios públicos onde funcionam as assembleias de voto. Muitos eleitores da capital tiveram de aguentar durante seis horas e mais para poderem votar, mas a longa espera decorreu sem incidentes de vulto a registar.

Os eleitores maputenses aceitaram a demora com filosofia, distraíndo-se das longas horas de espera em amena conversa, lendo os jornais ou saboreando os cafés e sumos que os mais precavidos tiveram a ideia de levar consigo. De facto, as únicas queixas provinham dos que já tinham votado, obrigados a mergulhar o indicador direito em tinta vermelha, indelével durante três dias, para evitar dupla votação.

Fazendo o balanço do primeiro dia de sufrágio, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral anunciou ontem à noite que se tinham registado atrasos consideráveis na maioria das mesas de assembleia de voto espalhadas pelo país. Segundo o STAE, as demoras foram provocadas por problemas organizati-

vos parcialmente derivados da total inexperiência na matéria.

O atraso mais sério, na distribuição dos materiais de votação ocorreu na província de Tete, no noroeste, onde 45 mesas só receberam os seus materiais eleitorais ao princípio da tarde de ontem.

O processo de votação é dirigido por mais de 52 mil moçambicanos e está a decorrer em 7.457 mesas de assembleia de voto, sob a supervisão de mais de dois mil observadores internacionais.

Iniciado na manhã de ontem, o sufrágio continua hoje, com as assembleias de voto a funcionarem das sete às 18 horas locais, ininterruptamente. Caso a Comissão Nacional de Eleições (CNE) o julgue necessário, a votação poderá estender-se durante o dia de amanhã, por forma a atender o grande número de eleitores que vêm afluindo às urnas.

[Entretanto, facto particularmente significativo foi o de um militante da Renamo, Manuel Frank, antigo representante da organização em Portugal, ter aparecido ontem à noite em conferência de imprensa como portavoz da CNE, para dizer que a primeira jornada da votação decorrerá de uma forma "geralmente satisfatória". Frank reconheceu que a Comissão fora "surpreendida" pela decisão da Renamo de boicotar as eleições. Para depois explicar que a afluência às urnas fora da ordem dos 50 por cento no cômputo do país e que não houve nada de ilegal. "As eleições poderiam (até aqui) ser declaradas livres e justas".] ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Continua na pág. 6

Nações Unidas esperam paz até Dezembro

PÚBLICO, 29.10.94

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas autorizou agora um ligeiro reforço da Missão de Verificação em Angola (Unavem II), cujo mandato foi prorrogado até 8 de Dezembro, no aparente pressuposto de que até lá seja possível assinar e colocar em vigor um novo acordo de paz, que ressuscite o conseguido em Bicesse no mês de Maio de 1991.

O Conselho determinou na quinta-feira à noite que, mal o secretário-geral Butros Butros-Ghali constata existir um cessar-fogo efectivo, os actuais 80 elementos da Unavem II passem para 350 observadores militares e 126 polícias. E que depois disso se examinará um reforço mais importante, dado que o previsto é a necessidade de perto de sete mil capacetes azuis para fiscalizar a paz em Angola.

A resolução 952 do Conselho de Segurança, aprovada por unanimidade, reconhece que as fases iniciais do cumprimento do novo acordo de paz serão as mais delicadas, pelo que decerto será necessário enviar para Angola, entre finais deste ano e princípios de 1995, uns bons milhares de homens, desde que haja países que os disponibilizem.

Até agora, a Zâmbia, o Brasil, o Zimbabwe, a Nigéria, a Guiné-Bissau, a Índia e a África do Sul são algumas hipóteses que têm sido alvitradas em Luanda, mas uma fonte diplomática africana também admitiu ao PÚBLICO a possibilidade da transferência para Angola de alguns homens que têm feito parte da Missão das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz), designadamente italianos.

Enquanto isto, os 15 membros do Conselho (cinco perma-

mentes e dez com mandatos de dois anos) lamentaram uma vez mais que as hostilidades continuam a verificar-se praticamente em todo o território angolano; e exigiram que o Estado e a UNITA acabem "imediatamente" com as operações militares.

Orelhas mocas

No entanto, os sucessivos apelos da ONU têm deparado geralmente com as orelhas mocas do Estado/MPLA e das tropas de Jonas Savimbi, que continuam a digladiar-se, insensíveis às notícias de que no fim deste mês deveria ser rubricado o protocolo final das conversações de Lusaca, que estão prestes a perfazer um ano.

Ainda ontem a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), escutada em Luanda pela agência Lusa, dizia que a situação militar na província do Huambo "é grave" e que as forças governamentais estariam a tentar conquistar a capital provincial, o que fontes independentes consideram pelo menos um certo exagero. Tanto quanto se sabe, as tropas de Luanda querem progredir o mais possível até à data da proclamação do cessar-fogo, mas ainda não chegaram a muito menos de 80 quilómetros da antiga Nova Lisboa e não é verosímil que se lancem nesta altura num ataque frontal ao quartel-general de Savimbi.

Foi precisamente a fim de evitar que a UNITA alegasse estar debaixo de fogo que o medianoiro das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, foi ontem uma vez mais ao Huambo, a fim de conferenciar com Jo-

nas Savimbi e levar consigo de regresso a Lusaca a respectiva delegação, chefiada pelo secretário-geral daquele partido, Eugénio Manuvakola.

Antes de sair de Luanda para o Huambo e Lusaca, após mais uma visita ao Presidente José Eduardo dos Santos, o representante de Butros-Ghali garantiu à Rádio Nacional de Angola que o protocolo será rubricado antes de segunda-feira, passo que deverá preceder uma reunião entre os estados-maiores dos dois exércitos.

Entretanto, fonte governamental dizia ontem ao PÚBLICO que as tropas do MPLA já reconquistaram esta semana o

importante município do Soyo, onde se produz cerca de um terço de todo o petróleo angolano. Mas, por outro lado, o "Jornal de Angola" considerava estarem iminentes na província de Cabinda, produtora dos outros dois terços, confrontos com perto de 200 homens do Exército zaireense.

Por tudo isto, é cada vez mais evidente que a rubrica do protocolo de Lusaca, só por si, mesmo que ocorra este fim-de-semana, não terá no imediato grande significado prático, pois nunca haverá cessar-fogo antes da terceira semana de Novembro. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

Governo toma posse

PÚBLICO, 29.10.94

O EMPOSSAMENTO do primeiro Governo social-democrata da II República de São Tomé e Príncipe, a ter hoje lugar, põe fim à virtual paralisação em que o país se encontrava desde Julho, quando o Presidente, Miguel Trovoada, demitiu o Executivo de Norberto Costa Alegre. Mas é ainda cedo para dizer se é desta que os são-tomenses vão enveredar pelo caminho da estabilidade política e institucional.

Os protagonistas do jogo político enfatizaram ao longo da campanha eleitoral a necessidade de clarificação das águas. Só que, cansado de promessas e cada vez mais descrente, o eleitorado, caprichosamente, decidiu não colaborar e impôs um cenário propício à instabilidade. É este cenário que o MLSTP-PSD vai ter de gerir a partir de hoje, assumindo sozinho os custos da governação, após a recusa do PCD e da ADI em participar no executivo chefiado por Carlos Graça e maioritariamente integrado por figuras do partido. Entre os dez ministros e três secretários de Estado contam-se quatro pesos pesados: Armindo Vaz D'Almeida, secretário-geral adjunto do MLSTP, que irá exercer as funções de ministro adjunto do primeiro-ministro, Guilherme Pósser da Costa, que regressa aos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Joaquim Rafael Branco, ex-embaixador em Nova Iorque, que irá responder pelo Ministério dos Assuntos Económicos (Agricultura, Turismo, Comércio, Indústria e Pescas) e Manuel Vaz Fernandes, a quem caberá chefiar a pasta da Justiça e da Função Pública. O polémico ministério da Economia e Finanças fica entregue a Carlos

Quaresma, um jovem economista que se irá estreiar na esfera governativa.

Fernando Silveira, ministro da Saúde do governo de gestão, é reconduzido e Guilherme Octaviano foi escolhido para a pasta da Educação, Juventude e Desportos, enquanto Alcino Pinto, ex-líder da bancada parlamentar do partido, vai para o Equipamento Social e Ambiente. Os secretários de Estado são António Quintas, para a Comunicação Social, Albano de Deus, para o Emprego e Formação Profissional, e Raul Viana, do Partido Codo, para a Agricultura. A Defesa, à frente da qual o Presidente da República gostaria que permanecesse Evaristo de Carvalho, será chefiada por Alberto Paulino, ministro da Justiça no Governo de gestão que tem a vantagem de se relacionar tão bem com o chefe de Estado como com o MLSTP, mas que não desperta nenhuma simpatia nas hostes do Partido da Convergência Democrática.

O PCD, que deverá assinar nos próximos dias um acordo de incidência parlamentar com os sociais-democratas, tinha exigido a exclusão quer de Evaristo de Carvalho quer de Alberto Paulino, mas não é provável que a presença deste último venha a comprometer a concertação, que se irá traduzir, ao que tudo indica, numa revisão constitucional. Juntos, o MLSTP e o PCD terão 41 assentos na futura Assembleia, perfazendo os dois terços necessários à alteração da lei fundamental. ■

Caetano Lima, em S. Tomé

Continuação da pág. 6

Mangosuthu Dhlakama

Inkatha ganhava por direito próprio a administração do Kwazulu-Natal, província onde a maioria das terras é agora propriedade do rei dos zulus, Goodwill Zwelithini.

Dhlakama, em certos aspectos bom émulo de Buthelezi e de Jonas Savimbi, na prossecução de altos desígnios que se lhes escapam, também não terá conseguido para já nenhuma vice-presidência da República, que a Constituição por enquanto não prevê. Mas já deu um bom passo nesse sentido.

Ao ver à sua porta, na quinta-feira à noite, implorantes, os representantes de Butros Butros-Ghali, de Sua

Majestade britânica e do Presidente dos Estados Unidos, o líder da Renamo arrapcou-lhes a promessa escrita de que tudo seria corrigido no processo eleitoral de acordo com as suas críticas e alvitres. E lá no âmago deve-se ter ficado a rir, perguntando a si próprio se daqui a algum tempo, com mais uma "birra", não conseguirá bem mais do que eleições livres e justas.

Afinal, mesmo sem pertencer à casa real de Shaka zulu, ele também é filho de um chefe tradicional africano. E, portanto, o mundo que se ajoelhe a seus pés. ■

Jorge Heitor

MANDELA, CLINTON, MAJOR...

Todos falaram para Moçambique

EXPRESSO, 29.10.94

HENRIQUE MONTEIRO
enviado a Moçambique

UMTELEFONEMA de Joaquim Chissano para Nelson Mandela, que se encontrava na Arábia Saudita, foi fundamental para o desbloqueamento do impasse das eleições moçambicanas criado pela decisão da Renamo de se retirar do processo.

Mandela contactou de imediato Bill Clinton e John Major, além de enviar o seu primeiro-vice-presidente, Thabo Mbeki, a Maputo para um encontro com Dhlakama. Segundo fontes diplomáticas, o Presidente sul-africano aconselhou o seu homólogo moçambicano a fazer todos os esforços de contenção para que o processo eleitoral decorresse sem incidentes. Chissano parece ter aceitado o conselho após ouvir palavras idênticas dos representantes dos governos americano e britânico, apesar de se ter queixado a uma delegação da Internacional Socialista (de que faz parte o português José Lamego) de que a comunidade internacional exige sempre mais dele do que adversário.

Ao mesmo tempo que Chissano era aconselhado a conter-se, Dhlakama era pressionado para voltar a participar nas eleições. Determinante nesse aspecto foi o embaixador dos EUA, Dennis Jett, que terá chegado a afirmar a Dhlakama que o líder da Renamo só tinha duas hipóteses: ou voltar às eleições ou co-

meçar a queimar mesas de voto e regressar com os seus homens a Maringué (ex-capital da guerrilha).

A acção dos portugueses terá sido mais discreta, muito embora Durão Barroso tenha contactado o número dois da Renamo, Raul Domingos, com quem manteve uma longa conversa telefónica. Por outro lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros português integrou-se no esforço geral da comunidade internacional, ao fazer uma declaração em Lisboa que teve alguma repercussão na imprensa moçambicana.

O embaixador português em

Maputo, Lopes da Costa, bem como o responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a África subsariana, António Stennfeld, que também se encontra em Moçambique, reuniram-se com Dhlakama e tiveram encontros com membros do Governo. Lopes da Costa, que também faz parte da Comissão de Supervisão e Controlo dos Acordos de Roma, foi, aliás, um dos signatários do documento dos diplomatas que tranquilizou o líder da Renamo. Por último, os enviados de Soares a Moçambique, Homem de Gouveia e Vítor Ramalho, foram recebidos

por Dhlakama, quinta-feira na Beira, e por Chissano, ontem em Maputo, tendo transmitido mensagens do PR português aos dois líderes moçambicanos.

Eleições calmas e grande afluência

Exceptuando o choque provocado pela Renamo ao auto-excluir-se das eleições, solucionado com mais um dia de votações, o acto eleitoral tem decorrido razoavelmente bem.

Atrasos na abertura das urnas, alguns de mais de seis horas, na quinta-feira, e alguns encerramentos de mesas eleitorais por falta de energia parece terem sido os principais problemas.

A afluência às urnas não está contabilizada, mas sabe-se que ao fim do primeiro dia de votação cerca de 50 por cento dos eleitores tinham exercido o seu direito de voto. Ontem, enquanto em Maputo já não existiam filas de espera, ape-

sar de algumas secções se registarem ainda absenções da ordem dos 40 por cento, em Sofala e na Zambézia, zonas onde a Renamo tem mais implantação, a afluência tinha aumentado.

Dhlakama limpa o dedo com lixívia

Dhlakama, que, depois de ter concordado em regressar à disputa eleitoral, exerceu ontem o direito de voto, às 16 horas, foi protagonista de mais um incidente quando, ao fim da tarde, numa conferência de imprensa, mostrou o seu dedo completamente limpo da tinta indelével que marca aqueles que já votaram. O líder da Renamo, que afirmou ter limpo o dedo com lixívia, quis demonstrar com esse gesto que a conjugação desse facto com a aceitação de cartões de eleitor com os números truncados e de outros dados de identificação pode conduzir a uma fraude eleitoral.

Moçambique

EXPRESSO, 29.10.94

«NÓS somos as crianças SOS/Iguals às outras/crianças felizes/mas quando zangamos somos assim» cantam diariamente as 480 crianças «em recuperação» na aldeia SOS de Tete, no noroeste de Moçambique. Batem com os pés no chão e fazem caretas medonhas para exteriorizar a raiva e o medo acumulados nos seus corações.

A música — meio de comunicação africano por excelência — e o jogo são as terapias utilizadas para a recuperação psíquica e emocional de menores traumatizados pela guerra.

Muitos foram protagonistas forçados de violentos combates, participaram na liquidação física de familiares e vizinhos, ou assistiram à morte violenta ou a violação das mães. Nasceram na guerra e tornaram-se adultas antes de terem atingido a idade da adolescência. Meninas de 15 anos que foram levadas para as bases militares e obrigadas a manter relações sexuais com soldados ou guerrilheiros apresentam graves problemas físicos e psíquicos.

«Por terem assistido à morte violenta dos pais por guerrilheiros da Renamo, por recusarem aderir ao movimento, ou por soldados da Frelimo durante interrogatórios por se encontrarem em áreas suspeitas, a maioria das nossas crianças estão profundamente traumatizadas. Quando chegaram não falavam e evitavam qualquer contacto com pessoas desconhecidas. Algumas tinham pesadelos e gritavam constantemente de noite», diz

Antonio Marrão, director da Aldeia SOS de Tete.

As crianças foram reunidas em «casas familiares» divididas em grupos de 8 ou 10, sob a tutela de uma «mãe» recrutada entre as mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas das aldeias vizinhas.

Depois de alguns minutos de conversa, os meninos ganham confiança no visitante e começam a relatar as suas experiências. Miúdos de 13 anos revelam-se peritos no manuseamento de espingardas e metralhadoras e relatam com aparente indiferença os massacres em que participaram activamente. Muitos sofrem de problemas auditivos, provocados pelos rebentamentos de bombas e obuses e agravados pelos «tratamentos tradicionais» a que foram submetidos no mato.

As aldeias SOS não são os únicos centros de recuperação de crianças que sofreram os horrores da guerra. A Cruz Vermelha Internacional, a UNICEF e várias Organizações Não Governamentais estão empenhadas na mesma acção.

Procuram ao mesmo tempo formar educadores moçambicanos e ensinar as comunidades locais a integrar os «filhos da guerra», cujos comportamentos violentos e anormais provocam reacções de medo e rejeição. Mas estes esforços são quase insignificantes num país onde os «meninos de ninguém» e os ex-combatentes de «palmo e meio» se contam aos milhares.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

Último dia de eleições em Moçambique calmo e pacato

Alguns iam desconseguindo votar

Do nosso enviado
Luís Pedro Nunes,
em Xipamanine

PÚBLICO, 30.10.94

Se no primeiro dia de eleições houve quem esperasse horas e horas para votar, ontem as mesas de voto estiveram desertas. Mesmo assim, em Xipamanine, subúrbio caótico e populoso de Maputo onde se localiza um famoso mercado, houve quem chagasse para cumprir o dever cívico a poucos segundos do fecho das urnas. "In extremis".

Um minuto. Falta apenas um minuto para o fecho das urnas quando Natália Chambé, mulher de meia-idade, anca larga que balança ao arrastar os pés, lenço colorido e capulana, entrou esbaforida na assembleia de voto número 07861, em Xipamanine, subúrbio populoso de Maputo. O

presidente da mesa repetiu pela octocentésima quadragésima terceira vez a lenga-lenga didáctica de como se vota. Dentro da pequena sala da escola primária não há electricidade, mas apenas uma pequena luz a pilhas que ilumina a cabine de voto. Natália Chambé leva pouquíssimo tempo (não era hora de indecisões!) e introduz o boletim de voto azul para as presidenciais na urna azul e o branco para as legislativas na urna branca. Uns segundos insignificantes após terem oficialmente terminado as eleições. Conseguiu.

Natália começa a dar gargalhadas, daquelas que contagiam, e dentro da sala, mesmo os delegados dos partidos, tudo começou a rir e batem-lhe palmas.

Finalmente valeu a pena prorrogar por um dia as eleições, porque só veio hoje? Natália Chambé continua a rir. "Não estive aqui, vim de muito longe para votar e lá havia falecimentos e havia cerimónias, mas agora já votei, tinha que votar, sinto-me livre, estou satisfeita, mesmo completamente". E vai-se embora a rir, com uma delegada a repreendê-la um pouco: "Boa hora para vir, senhora!".

E ainda três quartos de hora antes do fecho dizia o presidente da mesa, Alegre Langa, que já não devia chegar ninguém, que "as probabilidades eram muito poucas". Enganou-se. Dos mil recenseados pertencentes àquela mesa de voto, 839 tinham votado até às 17h25.

Os retardatários

Ontem, o terceiro dia de votação e o de prorrogação do prazo inicial, tinham votado apenas cerca de 30 pessoas, e na sua maioria de manhã. Mas dentro das urnas ainda iriam estar os votos de Natália Chambé, de Beatriz Savega, uma mãe que até deu mama enquanto pôs as cruzinhas, de Carlos Cuco, e do senhor Estação Maela e esposa.

Antes destes retardatários a grande questão era se se iria proceder à contagem dos votos ainda nessa noite. E que, embora se estivesse numa escola primária, não há electricidade (nem vidros nas janelas, nem espaço suficiente, as salas são minúsculas), pelo que essas não seriam, de facto, as condições ideais para se proceder à contagem.

Havia sempre a hipótese de se ir buscar um gerador. De mãos atrás das costas, agarrando o rádio intercomunicador debitando fanhosos "charlie es-cuto", Goretti Silva, graduada da PSP de Santa Apolónia, em Lisboa, destacada para a comissão internacional de vigilância da polícia que funciona no âmbito da Onumoz, ouvia com atenção a conversa. Simpática e muito risonha, Goretti concorda que deverá ser preferível adiar a contagem para as sete da manhã, só que os delegados estão fartos e querem despachar a sua participação no processo democrático...

Um elemento da mesa contesta porque, alega, tudo demo-

strará muito tempo. São seis mesas, ali em Xipamanine, mais de 80 por cento de votantes dos seis mil eleitores inscritos vezes dois boletins de voto. E explica-nos: "Se fosse hoje a contagem era bom... É que tenho que mostrar cada vota a cada membro da mesa, a cada delegado e a um observador internacional".

Mas, como se dizia, na 07861 faltavam ainda alguns votantes. Beatriz Savega apareceu lá pelas 17h30, cara fechada, daquelas que nada deixa transparecer, com o filho de meses atado quase debaixo do braço da mãe, descaindo a cabeça para o seio descoberto que não parece disposto a largar. Ela apresenta-se e o presidente começa a recitar a conversa obrigatória de como se vota, como se dobra o boletim. Ela diz em changana que não fala português, pelo que o presidente volta ao princípio e repete tudo naquela língua [que é a do Presidente Chissano e a do seu antecessor, Samora Machel]. Vai para a cabine e demora-se mais de três minutos. Espera que abram o recipiente para molhar o dedo com a tinta que supostamente demora 72 horas a sair. Enquanto espera, roda o torso maquinalmente para em-balar o bebé.

A saída, e através de intérprete. Porque é que só veio hoje? O tradutor traduz: "Ela diz que

Continua na pág. 10

Noventa por cento foram às urnas

PÚBLICO, 30.10.94

A VOTAÇÃO terminou ontem à tarde e a contagem dos votos já começou, mas só dentro de duas semanas serão conhecidos os resultados finais das eleições moçambicanas, que registaram a participação de 90 por cento dos eleitores inscritos.

O processo de votação não foi perturbado por nenhum caso de violência política, revelou ao princípio da noite um porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE). Manuel Frank, antigo representante da Renamo em Portugal, anunciou que a contagem teve início logo após o encerramento das mesas de voto, sempre que as condições de iluminação o permitiram. No entanto, na maior parte do país rural essas condições não existem e o escrutínio só terá início ao nascer do dia.

Na província da Zambézia, contudo, membros das mesas anunciaram que iriam impedir a contagem caso não fossem satisfeitas as suas reivindicações. Os funcionários eleitorais exigem o pagamento imediato do subsídio de alimentação referente ao terceiro dia de escrutínio, que não estava inicialmente previsto.

Depois de uma contagem parcial realizada nas próprias assembleias de voto, os resultados são editados localmente e enviados, num prazo de 24 horas, às comissões provinciais. A divulgação do apuramento por província levará uma semana e o apuramento na-

cional só será conhecido dentro de 15 dias, de acordo com o calendário estabelecido pela CNE.

A Comissão anunciou ontem ao princípio da noite que não tinha recebido até à altura qualquer reclamação por motivo de fraude.

Numa declaração igualmente feita ontem à noite, o Presidente da República considerou positivo o trabalho da Comissão Nacional de Eleições. Joaquim Chissano felicitou a nação moçambicana pela forma como decorreu o processo de votação, que considerou "surpreendente, mesmo para a comunidade internacional". De facto, os observadores estrangeiros foram unânimes em considerar a afluência às urnas verdadeiramente excepcional, atribuindo o mérito ao trabalho realizado pela CNE e ao civismo demonstrado pelo eleitorado.

O processo de votação registava uma afluência de 50 por cento dos eleitores inscritos ao cabo do primeiro dia, de 70 por cento ao fim do segundo e de 90 por cento no encerramento das urnas, ao terceiro dia. O canal estatal Televisão de Moçambique (TVM) destacou uma assembleia de voto em que a única ausência, entre mil eleitores inscritos, foi a de uma mulher que entrou em trabalho de parto enquanto esperava para votar. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Continuação da pág. 9

Alguns iam desconseguindo votar

está muito feliz por ter votado, por ter feito o que tinha que ser feito, e ela era a única lá de casa que não tinha votado e são sete elementos que votaram logo no primeiro dia". Sim mas... "Diz que esteve doente". E segue o seu caminho.

Mesmo colado à escola, aos próprios muros, está o famoso mercado de Xipamanine, ontem e como sempre cheíssimo com milhares de pessoas, um descampado polvilhado de cores berrantes, cheiros a podre e azedo, peixe, moscas, farinha, fruta, lama e de gente a rir. "Entre vista a mim!"

Três mulheres sentadas de baixo de um plástico a vender. "É que estamos a sofrer muito", diz a frase para jornalista ouvir. As outras duas riem na

galhofa, mesmo a gozar. Um mais ao lado olha-nos com ar mal disposto. "Estes vêm para aqui só para chatear e não compram nada".

E ali, a 50 metros da mesa de voto, o local onde tem montado o seu negócio Carlos Cuco, 18 anos que parecem 13. Pois deve ser um homem muito ocupado a lidar com negócio trabalhoso. Carlos Cuco deu entrada para votar faltavam 20 minutos para o fecho das urnas. É ele quem diz. "Nunca tive tempo para vir antes, estive a vender". Onde? "Ali", e aponta para uma zona no meio do mercado. Um delegado da mesa de voto encolhe os ombros e abana a cabeça.

Dentro da sala olha-se para os relógios com ar enfasiado. Entra então um casal. Ele en-

trega o cartão. O presidente diz em alto: "Zero-quatro-seis-nove, nome Estevão Maela". "Confirmo", responde outro elemento da mesa. Estevão é motorista e tinha partido segunda-feira para Inhambane. Tudo estava planeado para regressar na sexta, em tempo de votar. "Desconsegui de voltar e só cheguei hoje", explica. Um quarto de hora depois, "in extremis", irrompe na sala a avassaladora Natália, regressada das cerimónias de falecimentos... Se votasse na mesa de uma sala ao lado talvez já não conseguisse.

Faltavam ainda dez minutos para as 18 horas e houve ali decisão consensual de acabar com as eleições. Já chegava. Em questão de minutos quase não havia vestígios do processo elei-

toral moçambicano. As cabines foi num aí que se desmontaram. Outras formalidades já estavam preparadas e foi só assinar, as urnas foram rapidamente seladas. Uma língua metálica fecha a ranhura e colocando um selo plástico com um número, selo esse que terá que ser destruído para se abrir de novo a urna.

Tudo arrumado quando ainda eram seis horas da tarde. Para mais, ao som de música, tudo se consegue com outra disposição. A tocar numa aparelhagem considerável, ouvia-se o inefável Michael Bolton. "You're the one..." As urnas iriam agora ser acantonadas numa esquadra da polícia sob supervisão dos delegados dos partidos. O que lá está dentro só a partir de hoje se saberá. ■

Opinião

Nelson Saúte*

PÚBLICO, 30.10.94

Quem tem medo de Afonso Dhlakama?

É SURPREENDENTE a comoção que o líder — ou deus? — da Renamo provocou nas primeiras horas de quinta-feira. É terrível perceber que os responsáveis pelas eleições em Moçambique dormiam descansados e nada esperavam do narcísico Afonso Dhlakama. No fundo, era enorme o clube dos incautos — entre os quais se encontrava a tão zelosa ONU. Mais surpreendente ainda é a alegria e a despreocupação que agora — removido o boicote — se permitem os observadores do escrutínio e outros.

Porque as birras e as ameaças do salvador Dhlakama não terminam aqui. O que aconteceu é apenas uma breve caricatura do futuro infeliz que espera aquele país desgraçado. Não porque os moçambicanos desmereçam outra sorte, mas porque a sua virtude foi encontrar os dirigentes que têm.

Tudo isto é extraordinário. Desde há dois anos que o líder da Renamo se revê, quotidianamente, nos espelhos: uma estranha e esquizofrénica forma de estar na política? Não, apenas o embevecimento de um homem que nunca esperou chegar onde está agora alcandorado e que está convencido de que todos lhe devem agradecer por tão notável feito. O galho é frágil? Quem o disse? O homem está certo de que não tem vocação de asno. Ainda bem — ou melhor: ainda mal. Mas não está só no teatro que encena. Outras marionetas o acompanham.

Em muitas coisas Dhlakama se parece com os dirigentes da Frelimo: na arrogância, principalmente. Este é o maior defeito daquele país. Os cidadãos são de uma inenarrável bonomia, deles ouvimos dizer — eureka! — que se têm portado de forma exemplar. Mas têm o defeito de aturar estas incongruências... Por vezes, a nossa pachorra é saber — e aceitar? — que quer a Renamo quer a Frelimo têm as salas profusamente iluminadas já que os seus telhados são em cristal puro.

O surpreendente neste cenário é a forma desprevenida como se achou a comunidade internacional, surperlativamente representa-

da pelos incansáveis embaixadores da memorável noite da diplomacia que ficará, por certo, nos anais da história. Dhlakama regressou às eleições, mas não regressou à razão. Porque todos nós sabemos que o problema está por resolver: ou os cargos ou os milhões de dólares!

Nestes últimos meses, o líder da Renamo deixou-se perfilar com indesmentível desespero ao lado de alguns países ocidentais que tiveram a iniciativa — falhada? — de promover o estabelecimento de acordos pré-eleitorais para evitar que o escrutínio marginalizasse certas forças. Porque se percebeu — a história guarda ironias curiosas a este respeito — que, eventualmente, a democracia, que também chegou por força das baionetas de Afonso Dhlakama, poderia ser-lhe madrastra.

Joaquim Chissano refutou a iniciativa. A carroça não deve anteceder-se aos burros — argumentou naquele cinismo tão cultuado que o Presidente da República faz questão de não esconder. Muitos vêem no Governo de Unidade Nacional uma forma de dissipar para sempre as nuvens negras que ameaçam ainda os céus de Moçambique. Têm razão: o problema do país está nos tachos! É tão simples quanto isso. Porque — percebe-se agora? — Afonso Dhlakama não lutou para que se estabelecesse um regime democrático. Mas para que acesse aos lugares nos quais estava proscrito.

Por isso o conceito de democracia radica no facto de a Renamo chegar ao poder. Em qualquer possibilidade de derrota, a fraude será o argumento para desencadear a desestabilização. O paranóico narcisismo do líder está aí explicado. O mal é deixarem-no à solta. O que, ao mesmo tempo, é perigoso. Porque — também pode acontecer — o voo de Mbeki ou a repreensão de Butros-Ghali podem chegar tarde...

É maningue trágico perceber que há uma hipocrisia sem limites nisto tudo. Quando se reconhece que efectivamente o ex-mercenário-guerrilheiro tem razão nas dúvidas que avançara sobre o processo. Que faziam os milhares de observadores? Estão lá para actuar "a posteriori"? Não obstante, o problema não é esse. Dhlakama usou um alibi. E todos se convenceram disso. A alegação de presumíveis fraudes dissimula algo muito mais perturbador. É que Dhlakama, efectivamente, não receia as fraudes — ou antes: estaria ele imensamente grato se estas ocorressem. Desenganem-se de uma vez por todas: o pequeno deus da Renamo está com medo do cadáver político que lhe pode caber das urnas: o seu futuro. É que a história tem destas coisas. Pode enterrar os seus heróis. ■

* escritor e jornalista moçambicano

Assinatura de protocolo parece distante

PÚBLICO, 31.10.94

O MÊS de Outubro termina sem que se concretize a rubrica do protocolo que há-de culminar praticamente um ano de conversações em Lusaca, para o restabelecimento da paz em Angola; e — a avaliar pelo menos pelo que é dito pela delegação da UNITA em Portugal — não será muito de acreditar que as armas se calem nos dias ou nas semanas mais próximos.

Segundo o que foi ontem afirmado ao PÚBLICO pelo porta-voz daquela delegação, Rui Oliveira, a Comissão Política do seu partido, já por duas vezes convocada este mês, ainda não tinha até sábado iniciado os seus trabalhos, por demora na chegada ao Huambo de alguns delegados idos do exterior. E enquanto a Comissão

não se pronunciar não é provável que seja rubricado o protocolo de Lusaca, primeiro passo para um acordo formal que mais tarde assinariam o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Acontece até que o porta-voz em Lisboa da oposição armada angolana entende que "Lusaca tem estado por um fio", alegadamente devido a bombardeamentos à área do Huambo e às tentativas governamentais de avançar em quatro frentes, para aquela capital provincial, onde funciona desde Março do ano passado o quartel-general de Jonas Savimbi.

No entanto, Oliveira não crê que as forças de Luanda sejam capazes de chegar a muito menos de 80 quilómetros da ci-

dade do Huambo, tal como — por outro lado — nega terminantemente uma informação, vinda da capital angolana, no sentido de que as Forças Armadas governamentais já teriam reconquistado durante a última semana o município do Soyo, rico em petróleo.

Enquanto a enviada da agência Lusa à Zâmbia citava ontem uma fonte do processo negocial para a qual o debate sobre a inclusão ou não do estatuto de Savimbi no protocolo de Lusaca não passou ainda das "questões de princípio", Rui Oliveira dizia-nos que o chefe do seu partido nunca pediu a ninguém uma vice-presidência da República nem o lugar de primeiro-ministro.

Para ele, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Sa-

vimbi são pura e simplesmente, neste momento, os dois candidatos a uma segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em Setembro de 1992; e se o primeiro tem alegadamente três mil homens a protegê-lo no Futungo de Belas o segundo também deveria ter direito a toda a protecção necessária.

Na lógica de Rui Oliveira, José Eduardo, "líder da linha dura do MPLA", estaria nesta altura a usurpar um lugar que constitucionalmente já não lhe pertenceria, pois que — enquanto não se realizasse a segunda volta das presidenciais — quem deveria estar por direito na chefia interina do Estado angolano seria o presidente da Assembleia Nacional, França Van-Dunem. ■

Jorge Heller

Foi finalmente rubricado o protocolo de Lusaca

PÚBLICO, 1.11.94

O PROTOCOLO das conversações de Lusaca para que haja paz em Angola foi rubricado às 22h59 locais de ontem (21h59 em Lisboa), anunciou a agência Lusa.

As delegações do Governo angolano e da UNITA, chefiadas respectivamente por Faustino Muteka e por Eugénio Manuvakola, haviam terminado os seus trabalhos às 21h locais, depois de terem aceite o esquema de segurança de Jonas Savimbi só seja discutido dentro de 15 dias pela Comissão Conjunta agora formada.

As duas semanas são o espaço que deve mediar entre a rubrica do protocolo tão dificilmente conseguido na capital zambiana e a assinatura formal de um novo acordo

de paz entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, para revitalizar e complementar o que em Maio de 1991 conseguiram em Portugal.

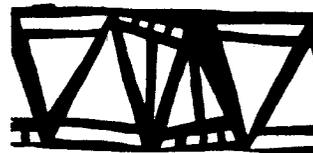
O acordo agora esperado para meados deste mês será o terceiro que, em 20 anos, visa pacificar a vida em Angola, depois do malogro do alcançado em Alvor no mês de Janeiro de 1975 e do desastre que ainda se verificou depois do de Bicesse e das eleições de Setembro de 1992.

Nestas duas semanas cruciais, os estados-maiores de uma e outra partes deverão fazer acertos sobre a situação das suas tropas no terreno; e até ontem cada uma das partes continuava a acusar a outra de prosseguir as investidas militares.

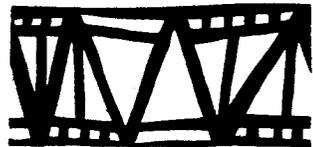
(Ver nesta página o texto do nosso enviado ao Huambo).

Quanto à própria rubrica do protocolo, apesar de aparentemente realizada ontem à noite em privado pelo ministro Muteka e pelo secretário-geral da UNITA, só hoje é que deverá ser formalizada, em cerimónia para que serão convidadas algumas personalidades e em que se farão discursos. Isto segundo um despacho da enviada da agência Lusa, Luísa Ribeiro.

Espera-se agora que a entrada em vigor de um cessar-fogo efectivo se verifique praticamente na altura em que as conversações de Lusaca completem um ano, pois que se iniciaram precisamente em 15 de Novembro do ano passado. ■



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259
E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS



)(e/, votos nulos?

PÚBLICO, 31.10.94

AFINAL O que é um voto nulo? Melhor, o que é um voto válido? É a perfeição ao marcar a cruzinha no quadradinho ou a aceitação que determinada marca no papel representa uma escolha? A fronteira é muito difícil de definir. Brazão Mazula ainda ontem voltou a reiterar que é um voto válido o boletim onde constar uma marca em todo o rectângulo do partido ou candidato. Isto é, mesmo que seja em cima da cara do presidencial ou sobre o símbolo do partido. Da-

das as condições de Moçambique, é mais que justo que não fique prejudicado quem não sabe segurar numa caneta (havia a alternativa de marcar com o indicador após passá-lo por uma almofada de tinta) ou quem, por desinformação ou mal entendidos não tenha percebido, e por esse motivo se lhe anulasse o voto. Só que nem todas as mesas assim o entenderam. E o próprio Mazula já disse que os votos nulos deverão ser reanalisados.

Ontem por volta das 15h procedia-se à contagem no Instituto Superior de Educação Física de Maputo, na larga e extensíssima avenida Eduardo Mondlane. Numa sala estão 13 pessoas sentadas, entre membros de

mesa e delegados dos partidos. De pé uma mulher vai de dobrando os boletins e grita o nome da força política escolhida. Passa a outra mulher que mostra o boletim aos sentados. Depois o enorme boletim (uns 30 por 15 centímetros) vai para um dos 14 montinhos no chão, estando discriminado o nome de cada um dos 14 partidos concorrentes. Montinho, isto é, o montão da Frelimo, um montezeco da Renamo, um surpreendente montinho da Aliança Patriótica e depois poderemos falar, apenas em insignificâncias. O Partido Trabalhista tinha um voto, o Padimo, o PRD, o Pacode nada, nem um. Vai-se ouvindo: "Frelimo, Frelimo, Frelimo,

Renamo, Frelimo".

"Este é nulo!", diz uma das mulheres. Sim, o voto no PPPM foi tido como nulo. Mas na recontagem deverá ser "repeacado", se se tiver em conta as palavras de Mazula. No enorme quadrado frente ao símbolo do PPPM alguém marcou, mas falhou a cruz. Dois riscos muito miudinhos, assim:)(Vé-se que era para ser um X só que a caneta seguiu outro caminho em mão desabituada. Foi portanto para a zona dos nulos, e ficou em cima de outro, que seria da Frelimo. Neste caso a cruz ficou coxa. Ou melhor, foi assinada apenas meia cruz. Assim: / O que de certeza não deveria ser entendido como meio voto. ■ L.P.M.

Dois anos após o recomeço da guerra

PÚBLICO, 1.11.94

A DELEGAÇÃO da UNITA em Portugal assinala hoje à tarde, num hotel de Lisboa, aquilo que considera o "segundo aniversário dos massacres de Luanda". Ou seja, o reatar, com força redobrada, da guerra que fora possível interromper em Angola no mês de Maio de 1991.

Carlos Morgado, antigo médico de Jonas Savimbi e deputado eleito pela UNITA nas eleições de Setembro de 1992, que depois veio para Portugal e perdeu o mandato, vai ser o orador principal da cerimónia, mas deverão estar presentes todos os angolanos que em Lisboa se opõem activamente ao regime de Luanda.

A evocação de mais um aniversário dos incidentes ocorridos um mês após a ida às urnas em eleições presidenciais e legislativas coincide com a grande incerteza que ainda existe sobre a possibilidade de se rubricar ou não nestes primeiros dias de

Novembro o protocolo das conversações de Lusaca.

As estruturas da UNITA continuam a entender que é muito difícil concluir as negociações políticas na capital zambiana e avançar para os trabalhos a nível militar numa altura em que as tropas governamentais não se detêm, na sua tentativa de recuperar o mais terreno possível, antes de o cessar-fogo entrar em vigor.

De fonte militar e diplomática já se sabe que as forças de Luanda entraram durante a semana passada no município do Soyo, que estava há mais de um ano sob o controlo dos homens de Savimbi e onde se produz um terço de todo o petróleo angolano, pois que se trata de um complemento meridional dos campos de Cabinda. Mas não é de modo algum ainda garantido que estejam a levar a melhor na totalidade da província do Zaire.

Por outro lado, a UNITA

alega que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, estará no Cuíto, capital da província do Bié, no Planalto Central, a fim de a partir daí coordenar operações contra o Huambo, que fica a ocidente.

Em Luanda, entretanto, declara-se em meios oficiais que o Chefe do Estado-Maior de Jonas Savimbi, o general Arlindo Chenda Pena, "Ben Ben", teria assumido directamente, desde há algum tempo, o comando directo de toda a defesa da cidade do Huambo, que é há mais de 19 meses o quartel-general da UNITA.

É, pois, no meio de todo este ambiente de grande tensão militar que em Lusaca se continua a debater quantos seguranças deverá ter Savimbi, no dia em que se decida a ir viver para Luanda e a aguardar aí tranquilamente a disputa da segunda volta das eleições presidenciais

(que na primeira ninguém conseguiu chegar aos 50 por cento dos votos).

A UNITA queixa-se de o governo não estar disposto a reconhecer ao líder da oposição o direito a mais de uma dúzia de guarda-costas; e afirma que isto é uma grande desproporção em relação ao "engenheiro José Eduardo dos Santos", que não quer aceitar como Presidente da República ainda em exercício, dizendo que é apenas um candidato à chefia do Estado.

De qualquer modo, o partido de Savimbi gostaria que a questão fosse deixada ao cuidado da Comissão Conjunta que há-de ser formada depois de se conseguir rubricar o protocolo de Lusaca, que já há 15 dias o medianeiro Alioune Blondin Beye, em nome da ONU, dizia estar concluído... ■

Jorge Heitor

Dúvidas no Huambo até à última hora

PÚBLICO, 1.11.94

PRIMEIRO as pessoas começaram a fugir, depois o jipe guinou para a esquerda, estacionando abruptamente. A ordem do condutor, o coronel João Crisóstomo, do Estado-Maior da UNITA, saltámos do carro e, como todos fizeram, procurámos a protecção de um dos muitos edifícios esburacados do Huambo, a antiga Nova Lisboa. A UNITA acabara de receber uma comunicação via rádio segundo a qual dois aviões Mig governamentais sobrevoavam o Huambo. Mais nada aconteceu. Nem estrondo de bombas, nem fumo. A única coisa de interesse ouvida pelo grupo de jornalistas portugueses que está no Huambo foi uma comunicação rádio, aparentemente feita pelo piloto de um dos aviões que antes tinham passado sobre a Caála.

Horas mais tarde, e porque os jornalistas insistiam em deslocar-se ao local do bombardeamento, o tenente-coronel Cacyke, director-geral das Relações Públicas, disse que as bombas tinham caído na linha da frente, a menos de sete quilómetros da Senhora do Mon-

te, na Caála, onde os quatro reporteres tinham estado uma hora antes, na companhia do brigadeiro Canhangá, para olhar as posições do MPLA.

Domingo à tarde, num "briefing" com os jornalistas, o brigadeiro Chassanha, um antigo oficial do Exército português, que é actualmente chefe de operações do Estado-Maior da UNITA, afirmou que o Governo de Luanda começou há oito dias a aumentar a pressão militar sobre várias das suas posições: no dia 21, forças governamentais deslocaram-se de Ngola para Caluquembe, no dia seguinte de Matala para Kuzango e, dia 24, de Caluquembe para Caconda. Em Lépi, localidade próxima de Calenga, a antiga Vila Verde, única que separa a testa de ponte da Caála, registaram-se — afirma a UNITA — violentos combates no sábado.

Em relação ao resto do país, Chassanha traçou um quadro semelhante: movimentos de tropas em Menongue, Cuíto e no Norte, de Ambriz para Ambrizete, "com o

intuito, calculamos, de chegar ao Soyo" e daqui a Mbanza Congo, regiões ocupadas pelas forças de Jonas Savimbi.

Mas, muito mais contundentes — no dia em que os negociadores angolanos iam rubricar, em Lusaca, o protocolo que deveria tornar possível o cessar-fogo em todo o território — foram as dúvidas manifestadas pelo general Paulo Lukamba Gato sobre o desempenho do medianeiro da ONU. Entrevistado pelos jornalistas portugueses, Lukamba Gato, que lidera agora o governo da UNITA a partir do Huambo, "seco" o papel do representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, afirmando que "é um alto funcionário das Nações Unidas e um africano por quem temos respeito, mas que é um representante da ONU que aplicou sanções à UNITA". Assim mesmo, com tudo o que sugerem as entrelinhas.

Sobre as negociações que se arrastam há já quase um ano na capital da Zâmbia: "O que é que

nós decidimos agora em Lusaca? Rigorosamente nada. A ONU mandou e nós cumprimos." Pergunta: "Mas estão a mando da ONU?" "Não estamos a mando de ninguém; estamos apenas a cumprir as resoluções das Nações Unidas."

Segunda-feira, 31 de Outubro de 1994, no Huambo, 11 meses e meio depois de iniciadas as negociações de Lusaca: o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, afirma à Rádio Nacional de Angola, aqui ouvida, que a UNITA lançou uma grande ofensiva em todo o território; a UNITA responde que foi o MPLA que iniciou as hostilidades e se encontra envolvido numa ofensiva contra as suas forças. No Planalto Central, muitos temem que o diálogo tenha sido inútil. ■

Do nosso enviado Fernando Sousa

ESTUDOS
AFRO-ASIÁTICOS
26

• Abolimento o mandato dos relâmbos
nação e industrialização e desenvolvimento
nação no campo: o campo brasileiro
Com a mobilidade social no Brasil • Uma nota
sobre "o caso social" no Brasil • Hamar rapto
Essa e demais de que: novamente o facto
de que urbano no Ambriz par-landro
Brasil-Estado Unidos: um diálogo que tem
uma alternância racial • O Brasil e o Chile
o esportivo em ordem e homologar as
participações brasileiras • Eleições no Afonso de
Al. para voto de primeiro acto.

RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Talvez seja desnecessária segunda volta

PÚBLICO, 1.11.94

A OPERAÇÃO das Nações Unidas em Moçambique (Onumoz) já disse que, segundo as suas sondagens, em princípio não deverá haver necessidade de uma segunda volta das eleições presidenciais disputadas de 27 a 29 de Outubro, em simultâneo com as legislativas. E não deverá haver tal necessidade porque o actual chefe do Estado, Joaquim Chissano, se está a posicionar muito claramente à frente de qualquer outro candidato, parecendo que não terá grande dificuldade em ficar com mais de 50 por cento dos votos.

Entretanto, a Frelimo, partido no poder desde a proclamação da independência moçambicana, em 1975, fez ontem à noite o prognóstico de que ela própria terá mais de metade dos votos nas legislativas e Chissano 61,04 por cento na primeira volta das presidenciais, face a 29,73 por cento para Afonso Dhlakama, líder da Renamo.

Já de manhã o boletim noticioso "MediaFax" cal-

culara que o próximo Parlamento de Moçambique deverá ser apenas bipartidário, pois que não parece muito provável que terceiros partidos, para além da Frelimo e da Renamo, consigam eleger deputados.

Ao fim da tarde, um enviado especial da agência France-Prese referia que, de acordo com uma recolha de resultados feita por algumas equipas da rádio e da televisão, 52 a 53 por cento dos votos iam para Joaquim Chissano e 28 a 35 por cento para Dhlakama, ficando a Frelimo e a Renamo com números ligeiramente inferiores aos dos respectivos chefes.

Segundo o quadro que a Frelimo entregou à imprensa, ao estarem contados em todo o país 708.520 votos, 11 por cento do total, Chissano estava com 6.104 e o seu principal adversário com 2.973, enquanto os respectivos partidos tinham 5.050 e 3.136.

De acordo com as estatísticas divulgadas por aquela fonte, o Presidente ainda em exercício obteve mais de metade dos votos em oito dos 11 círculos eleitorais, só não o tendo conseguido nos de Manica, Sofala e Nampula.

Quanto a Afonso Dhlaka-

ma, estava com 65,34 por cento dos votos na sua província natal, Sofala, onde se situa a cidade da Beira, que é a segunda de Moçambique, e com 42,30 na província de Nampula, a mais populosa de todas e, portanto, a que mais deputados elege.

Tal como se previa, as maiores votações de Chissano e da Frelimo, todas elas acima dos 75 por cento, foram na província de Gaza, de onde o Presidente é natural, na província de Maputo e na cidade capital, que por si só constitui um círculo eleitoral.

Zambézia ajuda Chissano

A Zambézia, que logo a seguir a Nampula é a província mais crucial, pois que elege 51 dos 250 deputados totais, teria votado maioritariamente em Joaquim Chissano e na Frelimo, ajudando assim a inclinar para estes os pratos da balança.

Os primeiros resultados parciais oficiais só serão divulgados sexta-feira pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), mas de qualquer modo a tendência actual corresponde à impressão que havia no início da

campanha eleitoral e que a meio dela se esbatera.

Há 15 dias o fogo Dhlakama parecia em condições de conseguir anular substancialmente as vantagens que se prognosticavam para o sucessor de Samora Machel e para a Frelimo. A tal ponto que alguns enviados e correspondentes da imprensa estrangeira chegaram a considerar em vésperas das eleições que os resultados seriam totalmente imprevisíveis, dando assim a entender a hipótese de um empate técnico ou até a de uma possível vitória da Renamo.

Agora, porém, o que se aguarda em Maputo é que Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama conferenciem o mais depressa possível, a fim de prepararem a sua futura coexistência política, num país que necessita muito urgentemente de começar a ser reconstruído.

O chefe da Resistência Nacional gostaria de conseguir representação no governo, mas isso vai agora depender um bocadinho do resultado final que tiver, e, também, da magnanimidade que a Frelimo aguer ou não demonstrar na hora da sua possível vitória. ■

Opinião

José Eduardo Agualusa

É possível a democracia na Europa?

AS ELEIÇÕES em Moçambique levaram-nos a Portugal e faticado debate sobre a democratização de África. Poderia ser uma discussão interessante não fosse a ignorância de alguns dos intervenientes. Não há porém ignorância que justifique o editorial do último número do semanário "Expresso", da responsabilidade do seu director José António Saraiva. Trata-se de algo muito mais grave, talvez irremediável: trata-se de puro racismo.

E o racismo é quase sempre uma manifestação de estupidez.

"Se a democracia em Portugal só foi restabelecida em 1974, como pretender que povos muito primitivos a adoptem já sem problemas?", pergunta o director do "Expresso". Eu estive em Angola, durante as eleições. Vi os homens e as mulheres do meu país, debaixo de um sol de fogo, aguardando horas e horas, tranquilamente, a sua vez de votar. Vi como essa gente "muito primitiva" impôs re-

gras de conduta. Vi o orgulho no rosto dessas pessoas. Também estive na África do Sul. Vi um velho guerreiro zulu abraçado a um boêre enquanto Mandela discursava na Cidade do Cabo: "agora", disse-me, "já não tenho vergonha de ser sul-africano". Não estive em Moçambique, mas li os jornais. Não li em lado nenhum que o povo moçambicano se tivesse comportado de forma menos "civilizada" durante todo o processo eleitoral. Preciso de recordar o que se passou durante as eleições na Namíbia, no Zimbábue, na Zâmbia ou no Botswana?

"Como esperar", pergunta ainda o editorialista, "que populações que em muitos casos têm ainda uma organização tribal (...) possam respeitar de um dia para o outro as regras de funcionamento de um sistema que contraria os impulsos básicos do ser humano? (...) Como compreender que os negros respeitem civilizadamente regras que não compreendem?"

Vamos primeiro ao argumento tribal. África tem, salvo pequenas reajustes, as mesmas fronteiras que tinha em 1890. A Europa nunca teve fronteiras fixas, e continua neste preciso momento a discutir — tantas vezes de forma brutal — aquelas que tem. Motivos? Razões de natureza tribal: é o inferno na ex-Jugoslávia, os bascos em Espanha, os irlandeses no Reino Unido, francófonos e flamengos na Bélgica, para já não falar no in-

compreensível caos que se vive na antiga URSS.

Lembro: em África, na tradição rural, a resolução dos conflitos faz-se por consenso.

Falemos por último de civilização. Há apenas 50 anos os alemães fizeram o holocausto (os

campos de extermínio, os crematórios, a pele das crianças judias utilizada para fabricar candeeiros).

Pergunto: estarão os europeus preparados para a democracia?

Respondo: é uma pergunta simplesmente estúpida. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (apresentação). Assinatura, correspondência e pedido de números anteriores devem ser encaminhados a (Subscription, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - R.F. - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O